

# “O ‘crowdfunding’ vai ser a nova banca?”

**Financiamento** Lei que regula o financiamento colaborativo permite o empréstimo através de plataformas digitais.

**Joana Moura**

joana.moura@economico.pt

“A grande interrogação é saber se as plataformas de ‘crowdfunding’ são os novos bancos.” Quem o diz é Alexandre Jardim, sócio da PBBR, especialista em direito bancário e financeiro.

O Parlamento aprovou recentemente o novo regime do financiamento colaborativo, mais conhecido como ‘crowdfunding’, com regras que visam regular esta actividade de financiamento de empresas e projectos, que entraram em vi-

gor a 1 de Outubro. Até ao final do mês de Novembro, cabe à CMVM publicar a regulamentação da lei. Mas há já vários aspectos que são claros para este advogado: “A lei prevê um modelo mais altruísta, na perspectiva do donativo, ou mesmo recompensa não pecuniária, para realizar um projecto, e depois um outro modelo mais financeiro e na perspectiva de lucro. É neste que poderá haver a possibilidade de emprestar dinheiro através de uma plataforma de ‘crowdfunding’ e receber juros por isso. E, aí, de certa forma, as plataformas podem substituir-se um bocadinho aos bancos.”

O especialista em direito bancário da PBBR diz, aliás, que esta será a grande interrogação

do futuro deste novo regime que, só no ano de 2012, movimentou cerca de 2,8 mil milhões de dólares à escala planetária, sobretudo, nas modalidades que permitem receber parte do capital social ou dos lucros da empresa, ou receber juros, em troca do financiamento prestado.

O futuro do ‘crowdfunding’



**Alexandre Jardim é sócio da PBBR, especialista em direito bancário e financeiro.**

em Portugal é, ainda, uma incógnita, diz Alexandre Jardim, que, ainda assim, prevê que no modelo do financiamento lucrativo aquilo que vai fazer crescer este mercado serão as pequenas empresas, ao nível das ‘startups’.

“As ‘startups’ têm alguma dificuldade em obter financiamento pelas vias normais, que são muito burocráticas, esta forma de financiamento é mais informal e menos regulamentada, acho que vão procurar esta via”, sentencia o advogado.

No resto do mundo, o crescimento desta actividade tem sido exponencial (157% entre 2013 e 2014 no Reino Unido e 320% na China). Em Portugal, só o tempo dirá. ■